

## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 44/XIII/ 1.ª SL

Aos 20 dias do mês de abril de 2016, pelas 10 horas e 30 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

#### 10:30 Horas

1. Distribuição de iniciativas legislativas;
2. Discussão e votação na especialidade do Projeto de Lei n.º 149/XIII/1.ª (PS) - "Regulação das responsabilidades parentais por mútuo acordo junto das Conservatórias do Registo Civil em caso de dissolução de uniões de facto e casos similares";
3. Apreciação e votação de relatórios finais de petições;
4. Apreciação do requerimento apresentado pelo CDS-PP, para audição da Ministra da Administração Interna sobre várias questões relativas ao estatuto profissional das forças de segurança;
5. Apreciação e ratificação de pareceres da Subcomissão de Ética;
6. Designação de relator para o Relatório do Governo: Portugal na União Europeia - 2015;
7. Outros assuntos.

11:00 Horas - Audição do Conselho Superior do Ministério Público, no âmbito da apreciação na especialidade dos Projetos de Lei n.ºs 61/XIII/1.ª (PSD e CDS-PP), 62/XIII/1.ª (PSD e CDS-PP) e 63/XIII/1.ª (PSD e CDS-PP) que propõem a alteração do Código Civil, do Código Penal e das Leis Eleitorais, em matéria de Incapacidades civis e eleitorais e direitos fundamentais das pessoas idosas [requeridas pelos Grupos Parlamentares do PSD e CDS-PP]:

- Dr. Adriano Cunha - Conselheiro Vice Procurador-Geral da República;
- Dr. Barradas Leitão – Membro Permanente do Conselho Superior do Ministério Público;
- Dr. Miguel Ângelo Carmo – Procurador da República (Assessor do Gabinete)

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Bacelar de Vasconcelos, procedeu-se à distribuição das seguintes iniciativas legislativas:

#### PROJETOS DE LEI

N.º AUTOR	ASSUNTO	NOMEAÇÃO RELATOR DATA
PJL 164/XIII/1.ª (PS)	<a href="#">Altera o Código Civil, estabelecendo um estatuto jurídico dos animais</a>	Dep. José Manuel Pureza (BE)
PJL 167/XIII/1.ª (BE)	<a href="#">Altera a Lei n.º 17/2003, de 4 de junho, que regula a Iniciativa Legislativa de Cidadãos (segunda alteração à Lei n.º 17/2003, de 4 de junho)</a>	Dep. José Silvano (PSD)
PJL 171/XIII/1.ª (PAN)	<a href="#">Alteração ao Código Civil reconhecendo os animais como seres sensíveis</a>	Dep. José Manuel Pureza (BE)

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 44/XIII/ 1.ª SL**

PJL 173/XIII/1.ª (PAN)	<a href="#">Reforça o regime sancionatório aplicável aos animais (altera o Código Penal)</a>	Dep. José Manuel Pureza (BE)
---------------------------	--	---------------------------------

**PROJETO DE RESOLUÇÃO**

N.º AUTOR	ASSUNTO	DECISÃO SOBRE APRECIÇÃO EM COMISSÃO OU EM PLENÁRIO
PJR 247/XIII/1.ª (BE)	<a href="#">Recomenda ao Governo a alteração da designação do Cartão do Cidadão para Cartão de Cidadania</a>	Solicitada pelo BE a apreciação em Plenário

Em seguida, foi adiada a discussão e votação na especialidade do Projeto de Lei n.º 149/XIII/1.ª (PS) - "*Regulação das responsabilidades parentais por mútuo acordo junto das Conservatórias do Registo Civil em caso de dissolução de uniões de facto e casos similares*", tendo em conta que, na véspera, havia sido solicitado parecer escrito aos Conselhos Superiores da Magistratura e do Ministério Público e à Ordem dos Advogados.

Não havendo relatórios finais de petições para apresentar, o Senhor Deputado Telmo Correia (CDS/PP) apresentou o requerimento do seu Grupo Parlamentar para audição da Ministra da Administração Interna sobre várias questões relativas ao estatuto profissional das Forças de Segurança. Explicou que o requerimento se reportava, primordialmente, à questão da legalidade da aplicação de cortes nas pensões de aposentação de agentes da PSP por parte da Caixa Geral de Aposentações, solicitando que tal tema pudesse ser agendado como ponto autónomo da audição obrigatória da Senhora Ministra da Administração Interna prevista para o dia 26 de abril, terça-feira seguinte.

Intervieram no debate os Senhores Deputados Filipe Neto Brandão (PS), Fernando Negrão (PSD) e Jorge Machado (PCP), que declararam não se opor a tal agendamento nos termos em que fora explicitado pelo Senhor Deputado Telmo Correia (CDS/PP). O requerimento foi então aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

A Comissão ratificou ainda o parecer da Subcomissão de Ética relativo ao requerimento apresentado pela Senhora Deputada Maria Luís Casanova Morgado Dias de Albuquerque sobre a compatibilidade do exercício de funções de Deputada à



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 44/XIII/ 1.ª SL

Assembleia da República com o exercício de funções na empresa Arrow Global Group PLC, que fora aprovado com os votos favoráveis dos Deputados do PSD e do CDS-PP, a abstenção dos Deputados do PS e os votos contra dos Deputados do BE e do PCP, registando-se a ausência do PEV, na reunião da Subcomissão de 13 de abril de 2016, tendo sido confirmados os sentidos de voto expressos pelos Grupos Parlamentares na Subcomissão de Ética. O Senhor Deputado Fernando Anastácio (PS) anunciou que o seu Grupo Parlamentar apresentaria uma declaração de voto sobre a matéria.

Como proposta metodológica, o Senhor Deputado Jorge Lacão (PS) sugeriu que a Comissão só fosse chamada a apreciar as questões de fundo apreciadas na Subcomissão de Ética se algum Deputado suscitasse tal necessidade, tendo o Senhor Deputado Fernando Negrão (PSD) observado que tal só faria sentido se fosse uma prerrogativa dos Deputados da Comissão e não só dos da Subcomissão.

O Senhor Presidente assinalou que tal tinha sido o procedimento que seguira, em cumprimento do artigo 30.º do [Regulamento da Comissão](#) (aprovado pela Comissão na sua [reunião de 18.11.2015](#)), que determina que, apesar de as subcomissões não terem poder deliberativo, e deverem submeter as conclusões dos seus trabalhos à apreciação da Comissão”, *«sem prejuízo do disposto nos números anteriores e salvo oposição de qualquer grupo parlamentar, consideram-se confirmadas pela Comissão as conclusões da Subcomissão de Ética que, pela sua urgência, tiverem sido já submetidas a votação no Plenário»*.

No último ponto da ordem de trabalhos, foi designada Relatora do Relatório do Governo “Portugal na União Europeia 2015” a Senhora Deputada Sara Madruga da Costa (PSD), tendo a Senhora Deputada Ana Catarina Mendes (PS) sido nomeada Relatora do Relatório Anual de 2015 do Provedor de Justiça.

Às 11h20 o Senhor Presidente, Deputado Bacelar de Vasconcelos, deu início à audição, no âmbito da apreciação na especialidade dos Projetos de Lei n.ºs 61/XIII/1.ª (PSD e CDS-PP), 62/XIII/1.ª (PSD e CDS-PP) e 63/XIII/1.ª (PSD e CDS-PP) que propõem a alteração do Código Civil, do Código Penal e das Leis Eleitorais, em matéria de incapacidades civis e eleitorais e direitos fundamentais das pessoas idosas, do Conselho Superior do Ministério Público, representado, na impossibilidade de presença da Senhora Procuradora-Geral da República, em missão no estrangeiro, pelo Senhor

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 44/XIII/ 1.ª SL**

Dr. Adriano Cunha, Vice Procurador-Geral da República; Senhor Dr. Barradas Leitão – Membro Permanente do Conselho Superior do Ministério Público e Senhor Dr. Miguel Ângelo Carmo – Procurador da República (Assessor do Gabinete).

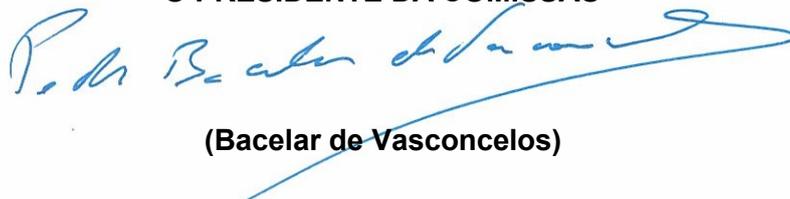
Após uma intervenção inicial do Senhor Vice Procurador-Geral da República, em que se fez referência aos [pareceres](#) do Conselho sobre as iniciativas em causa, usaram da palavra, para colocar questões e observações, as Senhoras e os Senhores Deputados Fernando Negrão (PSD), Fernando Anastácio (PS), Isabel Alves Moreira (PS), José Manuel Pureza (BE), Vânia Dias da Silva (CDS-PP) e António Filipe (PCP), que mereceram resposta conjunta dos membros do Conselho Superior presentes, tendo a Senhora Deputada Elza Pais (PS), que substituiu o Senhor Presidente no final da condução dos trabalhos, agradecido a presença e os contributos dados.

A audição foi também gravada em [vídeo](#) e transmitida pelo Canal Parlamento, constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 13 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 20 de abril de 2016

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO**



**(Bacelar de Vasconcelos)**

**Nota: Aprovada a 04-05-2016**



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E  
GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 44/XIII/ 1.ª SL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Passos  
Andreia Neto  
António Filipe  
Bacelar de Vasconcelos  
Carlos Abreu Amorim  
Carlos Peixoto  
Elza Pais  
Fernando Anastácio  
Fernando Negrão  
Filipe Neto Brandão  
Isabel Alves Moreira  
José Luís Ferreira  
José Manuel Pureza  
José Silvano  
Luís Marques Guedes  
Paulo Rios de Oliveira  
Pedro Delgado Alves  
Sandra Cunha  
Telmo Correia  
Vânia Dias da Silva  
Carla Sousa  
Jorge Lação  
Maria Germana Rocha  
Pedro Pimpão  
Sara Madruga da Costa

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

António Gameiro

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ana Catarina Mendonça Mendes  
Hugo Lopes Soares